

cais a competência para a individualização dos restantes casos em que tal autorização se justificará.

2 de Fevereiro de 2005. — O Ministro da Justiça, *José Pedro Aguiar Branco*.

Despacho n.º 3383/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio, autorizo o licenciado Nuno Maria Herculano de Carvalho Pinheiro Torres, adjunto do meu Gabinete, a exercer funções lectivas na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

2 de Fevereiro de 2005. — O Ministro da Justiça, *José Pedro Aguiar Branco*.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Judiciária

Despacho n.º 3384/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 8.º da Lei n.º 2/98, de 8 de Janeiro, prorrogo, pelo prazo de um ano, e pela segunda vez, a comissão de serviço do assessor do Ministério Público licenciado Nuno de Paula Santos Alves Monteiro, com efeitos reportados a 1 de Maio de 2004.

2 — Sem prejuízo do disposto no artigo 9.º da Lei n.º 2/98, de 8 de Janeiro, o assessor mantém-se em exercício de funções no DIAP de Coimbra, onde se encontra actualmente colocado.

3 — O presente despacho revoga e substitui o nosso despacho n.º 23 209/2004 (2.ª série), de 27 de Outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 12 de Novembro de 2004.

27 de Janeiro de 2005. — O Secretário de Estado da Administração Judiciária, *António Alberto Rodrigues Ribeiro*.

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Aviso n.º 1590/2005 (2.ª série):

Engenheiro Rui Alberto Cardoso Barbosa de Matos, perito avaliador do Distrito Judicial de Évora — excluído, a seu pedido, da lista de peritos avaliadores.

31 de Janeiro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Borges Freitas*.

Despacho (extracto) n.º 3385/2005 (2.ª série). — 1 — De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, procedeu-se à publicitação do processo de selecção do titular para o cargo de chefe de divisão de Planeamento e Organização do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração da Justiça, previsto no artigo 6.º da Lei n.º 102/2001, de 29 de Março, no jornal *Público* e na *Bolsa de Emprego Público*, em 28 de Outubro de 2004.

2 — O licenciado Jorge Duarte Nunes dos Reis possui habilitações académicas e formação profissional adequadas às exigências do cargo, bem como experiência comprovada na respectiva área de actuação.

3 — Assim, ao abrigo e nos termos dos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio o licenciado Jorge Duarte Nunes dos Reis técnico superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração da Justiça, no cargo de chefe de divisão de Planeamento e Organização do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração da Justiça.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Janeiro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Correia Botelho*.

Nota curricular

I — Dados de identificação:

Nome — Jorge Manuel Duarte Nunes dos Reis.
Data de nascimento — 31 de Agosto de 1949.

II — Qualificações académicas e profissionais — licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Macau.

III — Cargos e funções exercidas:

2004 — em 1 de Setembro, nomeado chefe da Divisão de Planeamento e Organização da DGAJ, em regime de substituição, publicado no *Diário da República*, n.º 267, de 13 de Novembro de 2004.

2003 — nomeado técnico superior de 1.ª classe da Direcção-Geral da Administração da Justiça, colocado no Gabinete de Audi-

toria Interna, exercendo funções de auditoria interna a partir de Agosto.

1999 — ingresso na função pública em Portugal na Direcção-Geral da Administração da Justiça, para exercer funções na Divisão de Gestão Patrimonial e Financeira com a categoria de técnico superior de 2.ª classe.

1996 — nomeado secretário-geral da Faculdade de Direito da Universidade de Macau.

1991 — ingresso na função pública portuguesa em Macau responsável pelo Arquivo Histórico da Capitania dos Portos de Macau.

IV — Formação profissional — tem frequentado várias acções de formação para dirigentes e ou técnicos superiores em arquivos correntes, gestão de arquivos correntes, despesas públicas com bens e serviços e empreitadas de obras públicas, acidentes em serviço e das doenças profissionais, o orçamento como instrumento de gestão nos serviços públicos, Código do Procedimento Administrativo, auditoria financeira, fiscalização sucessiva do Tribunal de Contas, auditoria de recursos humanos, auditoria e controlo interno, comportamento organizacional orientado para a produtividade e qualidade.

Despacho (extracto) n.º 3386/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral da Administração da Justiça de 13 de Janeiro de 2005:

Rui Manuel da Costa Silva, secretário de justiça, a exercer funções no Tribunal do Trabalho de Santa Maria da Feira — nomeado, em regime de comissão de serviço, inspector do Conselho de Oficiais de Justiça, com efeitos a partir da publicação do movimento dos oficiais de justiça no mês de Fevereiro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Janeiro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Correia Botelho*.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Despacho n.º 3387/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de 26 de Janeiro de 2005, foram sancionadas as promoções à categoria superior, com efeitos a partir das datas indicadas, dos seguintes escrivães:

Maria Helena Rodrigues Ponte, Cartório Notarial de Vila Franca do Campo — 1 de Outubro de 2004 (escala 2, índice 200).

Elvira Conceição Medeiros Raposo, Conservatória do Registo Civil de Ponta Delgada — 3 de Outubro de 2004 (escala 2, índice 200).

Sandra Maria Alves Costa Stocklmeyer, Conservatória do Registo Civil de Almada — 11 de Outubro de 2004 (escala 2, índice 200).

Maria Graça Barros Varajão Cerqueira, Conservatória do Registo Civil de Ponte de Lima — 13 de Outubro de 2004 (escala 2, índice 200).

Susete Paula Moniz Raposo Lima, Conservatória do Registo Civil de Ponta Delgada — 21 de Outubro de 2004 (escala 2, índice 200).

Maria Conceição Faria Borges, Conservatória do Registo de Automóveis de Lisboa — 16 de Novembro de 2004 (escala 2, índice 200).

Bela Correia Pedro Gouveia, Conservatória do Registo Civil de Caldas da Rainha — 20 de Novembro de 2004 (escala 2, índice 200).

Ludgero Augusto Cardoso Avelar, Conservatória do Registo Predial e Cartório Notarial de Santa Cruz das Flores — 9 de Dezembro de 2004 (escala 2, índice 200).

Helena Maria Meireles Barros Lopes, Conservatória dos Registos Civil e Predial de Alijó — 31 de Dezembro de 2004 (escala 2, índice 200).

27 de Janeiro de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 3388/2005 (2.ª série). — Por despachos do director-geral de 26 de Janeiro de 2005:

Adolfo Viana Soares dos Reis, escrivão da Secretaria Notarial de Póvoa de Varzim — nomeado segundo-ajudante do Cartório Notarial de Moura (1.º escala, índice 210), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Alfredo José Fernandes Gonçalves, escrivão do Cartório Notarial de Vagos — nomeado segundo-ajudante do Cartório Notarial da Vidigueira (1.º escala, índice, 210), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Ana Cristina Pires Caetano, escrivã do Cartório Notarial do Bombaral — nomeada segunda-ajudante do 1.º Cartório Notarial de Competência Especializada de Lisboa (1.º escala, índice 210),

ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Ana Cristina Teixeira Pita, escriturária do Cartório Notarial de Ribeira Grande — nomeada segunda-ajudante dos mesmos serviços (1.º escalão, índice 210), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Ana Margarida Alves Romba, escriturária do Cartório Notarial de Algés — nomeada segunda-ajudante dos mesmos serviços (1.º escalão, índice 210), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

António Constantino Nascimento, escriturário da Conservatória dos Registos Civil e Predial e Cartório Notarial de Velas — nomeado segundo-ajudante da Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial e Cartório Notarial de Calheta São Jorge (1.º escalão, índice 210), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Arménio Francisco Gonçalves Maximino, escriturário do 11.º Cartório Notarial de Lisboa — nomeado segundo-ajudante do Cartório Notarial de Odivelas (1.º escalão, índice 210), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Austrelina Maria Rosa Gomes, escriturária do Cartório Notarial de Algés — nomeada segunda-ajudante do Cartório Notarial de Oeiras (1.º escalão, índice 210), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Carla Sofia Pires Guerreiro, escriturária da Secretaria Notarial de Beja — nomeada segunda-ajudante do Cartório Notarial da Vidigueira (1.º escalão, índice 210), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Catarina Isabel de Oliveira Moura Rosa, escriturária do 9.º Cartório Notarial de Lisboa — nomeada segunda-ajudante do 25.º Cartório Notarial de Lisboa (1.º escalão, índice 210), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Francisca da Conceição Barreiro Pais Brandão, segunda-ajudante do 24.º Cartório Notarial de Lisboa — nomeada para idêntico lugar do 18.º Cartório Notarial de Lisboa (2.º escalão, índice 225), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Joaquim António Flores Miguel, segundo-ajudante do 25.º Cartório Notarial de Lisboa — nomeado para idêntico lugar do 16.º Cartório Notarial de Lisboa (2.º escalão, índice 225), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Manuel Luís Rodrigues de Barros, escriturário do 14.º Cartório Notarial de Lisboa — nomeado segundo-ajudante do Cartório Notarial de Mira (1.º escalão, índice 210), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Maria do Carmo Fonseca Dionísio, segunda-ajudante do 28.º Cartório Notarial de Lisboa — nomeada para idêntico lugar do 3.º Cartório Notarial de Lisboa (2.º escalão, índice 225), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Maria Eduarda Guerreiro Paleta, escriturária do 9.º Cartório Notarial de Lisboa — nomeada segunda-ajudante do 23.º Cartório Notarial de Lisboa (1.º escalão, índice 210), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Maria da Felicidade Militão Soares Silva, escriturária do 2.º Cartório Notarial de Lisboa — nomeada segunda-ajudante do Cartório Notarial do Seixal (1.º escalão, índice 210), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Maria Isabel Barbosa Pires, escriturária do Cartório Notarial de Algés — nomeada segunda-ajudante dos mesmos serviços (1.º escalão, índice 210), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Maria de Jesus Guilherme Lopes Simões, escriturária do 2.º Cartório Notarial de Castelo Branco — nomeada segunda-ajudante do Cartório Notarial de Oeiras (1.º escalão, índice 210), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Maria João da Silva Leonardo Teodósio, escriturária do 2.º Cartório Notarial de Setúbal — nomeada segunda-ajudante do Cartório Notarial de São Brás de Alportel (1.º escalão, índice 210), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Maria José Félix Pontes, segunda-ajudante do 7.º Cartório Notarial de Lisboa — nomeada para idêntico lugar do 1.º Cartório Notarial de Lisboa (5.º escalão, índice 255), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Maria Lídia Parrinha Botá Clemente, segunda-ajudante do Cartório Notarial de Loures — nomeada para idêntico lugar do 1.º Cartório Notarial de Competência Especializada de Lisboa (4.º escalão, índice 245), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Mário Alexandre Sousa Oliveira Carvalho Ventura, escriturário do 1.º Cartório Notarial de Coimbra — nomeado segundo-ajudante do Cartório Notarial do Crato (1.º escalão, índice 210), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Maurício Veríssimo Rodrigues, escriturário do 2.º Cartório Notarial de Sintra — nomeado segundo-ajudante do Cartório Notarial de

Odivelas (1.º escalão, índice 210), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Sandra Maria Jorge Pataca, escriturária do 16.º Cartório Notarial de Lisboa, em comissão de serviço extraordinária como auditora dos registos e do notariado — nomeada segunda-ajudante do 1.º Cartório Notarial de Competência Especializada de Lisboa (1.º escalão, índice 210), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Sérgio Clamote Lages, escriturário da Secretaria Notarial de Ponta Delgada — nomeado segundo-ajudante dos mesmos serviços (1.º escalão, índice 210), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Susana Maria Alves Saianda Neves, escriturária do Cartório Notarial de Reguengos de Monsaraz — nomeada segunda-ajudante do Cartório Notarial de Elvas (1.º escalão, índice 210), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Teresa Paula Proença Filipe, escriturária superior do 5.º Cartório Notarial de Lisboa — nomeada segunda-ajudante do Cartório Notarial de Oeiras (2.º escalão, índice 225), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Tomás Fernandes Rodrigues, escriturário do Cartório Notarial de Cantanhede — nomeado segundo-ajudante do Cartório Notarial de Anadia (1.º escalão, índice 210), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Vera Alexandra Marques Barros Viegas, escriturária do Cartório Notarial de Alverca do Ribatejo — nomeada segunda-ajudante do 23.º Cartório Notarial de Lisboa (1.º escalão, índice 210), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

1 de Fevereiro de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Aviso n.º 1591/2005 (2.ª série). — Por despacho de 24 de Janeiro de 2005 do Ministro da Justiça, proferido ao abrigo do disposto na alínea *a*) do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro, foi homologado o regulamento eleitoral do conselho superior da Polícia Judiciária, aprovado em reunião realizada no dia 13 de Dezembro de 2004, anexo ao presente aviso.

3 de Fevereiro de 2005. — O Director Nacional, *Santos Cabral*.

ANEXO

Regulamento eleitoral do conselho superior da Polícia Judiciária

Artigo 1.º

Membros do conselho

- 1 — O conselho superior da Polícia Judiciária é composto por membros natos e por membros eleitos.
- 2 — A eleição dos membros do conselho, efectivos e suplentes, efectua-se através de voto secreto e nominal.
- 3 — São membros eleitos efectivos os elementos mais votados.
- 4 — São membros eleitos suplentes os elementos mais votados que se seguem, por ordem decrescente de votos, aos membros eleitos efectivos.
- 5 — Em caso de empate, haverá nova eleição restrita aos elementos em relação aos quais se tiver verificado.

Artigo 2.º

Capacidade eleitoral

- 1 — O pessoal do quadro da Polícia Judiciária, com nomeação definitiva, goza de capacidade eleitoral activa e passiva.
- 2 — Tem direito de sufrágio todo o pessoal do quadro da Polícia Judiciária em exercício efectivo de funções na Polícia Judiciária à data das eleições.
- 3 — Os membros do conselho são eleitos por distintos corpos eleitorais, constituídos, respectivamente, pelo pessoal integrante de cada uma das seguintes categorias e grupos de pessoal:

- a) Coordenador superior de investigação criminal;
- b) Coordenador de investigação criminal;
- c) Inspector-chefe;
- d) Inspector e agente motorista;
- e) Pessoal de apoio à investigação criminal, auxiliar e operário.